



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Serviço de Controle Predial

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS, COM FORNECIMENTO DE BOLETIM DE MEDIÇÃO PARA POTABILIDADE DA ÁGUA NAS 32 UNIDADES DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, INCLUINDO O EDIFÍCIO SEDE.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

A contratação de empresa especializada no serviço de limpeza e higienização de reservatório de água tem fulcro na Lei nº 1893, de 20 de novembro de 1991, que estabelece a obrigatoriedade da limpeza e higienização dos reservatórios de água para fins de manutenção dos padrões de potabilidade, regulamentada pelo Decreto nº 20.356, de 17 de agosto de 1994, bem como no disposto na Deliberação CECA/CN n 3.618, que aprovou a DZ0351.R-2 – Diretriz para concessão e renovação de certidão de registro para empresas de limpeza e higienização de reservatórios de água, e na Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde que dispõe sobre procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano, estabelece seu padrão de potabilidade.

A fim de evitar que animais, insetos ou impurezas de uma forma geral possam contaminar os reservatórios de água colocando em risco a saúde dos servidores e frequentadores do edifício sede, bem como das unidades do INEA, com a possível transmissão de doenças como cólera, leptospirose, febre tifoide, dentre outras, faz-se necessária a limpeza e higienização dos reservatórios de água semestralmente por empresa devidamente regulamentada e especializada.

Água potável é aquela que pode ser consumida pelos seres humanos, sem prejuízo à sua saúde e, para tal, ela deve apresentar características sanitárias e toxicológicas adequadas e estar isenta de organismos patogênicos e de substâncias tóxicas, a fim de prevenir danos à saúde e favorecer o bemestar das pessoas. (Organismos patogênicos são aqueles que transmitem doenças pela ingestão ou contato com água contaminada por bactérias, vírus, parasitas e protozoários).

Nesse contexto é que se aplica a importância da limpeza e desinfecção rotineira dos reservatórios de água, que deverá ser realizada a cada seis (06) meses, e sempre que houver suspeita de contaminação da água tanto por substâncias químicas quanto por animais que podem se abrigar em seu interior, como roedores, baratas, pombos e mosquitos.

É importante saber que a limpeza, higienização e coleta de amostras dos reservatórios serão executadas, exclusivamente, por pessoas jurídicas (empresas) licenciadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), quando se tratar de prédios públicos ou privados que mantenham reservatórios de água para o consumo humano, conforme estabelece a Lei nº 8.075 de 27 de agosto de 2018.

3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

3.2 Objeto da demanda, segundo o catálogo de matérias e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
159078	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ANÁLISE, DESINFECÇÃO E LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, INFERIORES E SUPERIORES.	SERVIÇO	1

4 – DA DESCRIÇÃO DO ESCOPO:

4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1.1 Serviços

A) A empresa contratada executará semestralmente a lavagem, higienização e desinfecção de cada reservatório (cisternas e caixas de água), bem como coletará amostras para realização de análise bacteriológica em laboratório credenciado pelo INEA.

B) A execução do serviço deverá orientar-se pelo MN-33.R-0 – Manual de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, aprovado pela Deliberação CECA nº 2.918, de 06 de julho de 1993. Sempre que possível, ocorrerá sem privar a respectiva edificação do abastecimento de água devendo, portanto, ser realizada em um reservatório de cada vez preferencialmente nos dias em que não houver expediente, observando-se sempre as seguintes etapas:

b.1 - **AGENDAMENTO** prévio junto ao responsável pelo Serviço de Controle Predial – SERVCOP, por meio dos telefones (21) 2334-9466 e/ou (21) 96502-4994, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis. Caberá à empresa contratada estabelecer junto aos responsáveis do INEA em cada unidade a antecedência ideal, baseada no volume total dos reservatórios e no consumo médio diário, de tal forma que sejam possíveis manobras com vistas à racionalização ao máximo do desperdício de tempo e água durante a limpeza.

b.2 - **EXECUÇÃO** da limpeza e desinfecção do reservatório, incluindo:

1) Esgotamento total do compartimento por processo de sucção com motobomba, considerando-se que, atendida a ETAPA 1, tal reservatório estará com a capacidade mínima de água.

2) Limpeza das paredes, tetos e pisos com jateamento e escovação interna para retirada total de lodo, detritos, impurezas e outros resíduos acumulados. Usar panos, baldes, esponjas e etc. para remoção dos resíduos e jamais despejar sujidades na própria rede de água potável, para evitar entupimentos ou outros danos (bebedouros, chuveiros, válvulas de descarga, etc).

3) Higienização e desinfecção através de produto químico bactericida, podendo ser usados: hipoclorito de sódio (10%), hipoclorito de sódio (2,5%), cal clorada (25%) e hipoclorito de cálcio (70%), a fim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente microrganismos, germes coliformes, bactérias, etc. Por último se fará o reenchimento com água e a desinfecção final.

b.3 - **COLETA** de amostras para exames laboratoriais, compreendendo:

1) Exame de Clorimetria e PH – Realizado todo o trabalho de lavagem dos reservatórios da edificação, a empresa contratada deverá proceder, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao exame de clorimetria e PH, emitindo certificado.

2) Análise Bacteriológica – Do 4º(quarto) ao 8º(oitavo) dia após a realização da limpeza e higienização de um determinado reservatório, a empresa contratada deverá providenciar a coleta de amostra da água para análise bacteriológica a ser realizada por Laboratório credenciado pelo INEA, conforme disposto na DELIBERAÇÃO CECA nº2.333, de 28 de maio de 1991.

3) O resultado da análise bacteriológica deverá atender ao padrões estabelecidos na Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde.

4) Quando, após a lavagem do reservatório, forem ainda detectadas contaminações pelo resultado da análise bacteriológica, a empresa contratada deverá repetir a limpeza e higienização, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da ciência do referido resultado, repetindo todas as etapas dos itens “a”, “b” e “c”, citados anteriormente, sem ônus para a contratante, a fim de que seja constatada a efetiva potabilidade da água.

b.4 - **ENTREGA** do Boletim de Medição para Potabilidade: Concluído o trabalho, a empresa contratada deverá enviar ao Serviço de Controle Predial – SERVCOP, o respectivo Boletim de Medição para

Potabilidade e a respectiva Ordem de Serviço relativa à desinfecção e análise bacteriológica.

C) Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos, com emprego de pessoal, equipamentos, EPI's e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, quer seja civil ou administrativa.

D) Todo serviço insuficiente e/ou defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela fiscalização, sem ônus para o INEA.

E) Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

F) Na hipótese de contaminação de um reservatório já limpo em razão de infiltrações, vazamentos ou por qualquer outra causa, após a contratante eliminar tais causas através da adoção de medidas necessárias, a empresa contratada realizará, novamente, a limpeza e a higienização do reservatório atingido, mesmo se já realizado o serviço anteriormente à contaminação (limpeza e higienização de acordo com cronograma), observando todos os procedimentos e apresentando todos os documentos pertinentes exigidos, sem ônus à contratante.

G) A limpeza e a higienização dos reservatórios, conforme determinação do INEA, deve ser efetuada pelo menos 2 (duas) vezes ao ano, e preferencialmente com um intervalo de 6 (seis) meses.

H) Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços assim como o transporte para a mobilização dos funcionários serão todos fornecidos pela empresa contratada a qual deverá empregar produtos de limpeza que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo ainda admissível a aplicação de materiais que causem danos nos reservatórios.

I) A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado aos reservatórios tais como: caixas d' água ou suas tampas, cisternas ou suas tampas, bombas de recalque, telhas das coberturas ou qualquer outro dano ao imóvel durante a execução dos serviços.

4.4 ESPECIFICAÇÕES DOS RESERVATÓRIOS POR UNIDADE

1	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO	CAIXA D'ÁGUA	CISTERNA	VOLUME TOTAL (L)
2	SEDE	AV. VENEZUELA, 110	SAÚDE	RIO DE JANEIRO	5	4	222.000
3	ESTACIONAMENTO SEDE	AV. VENEZUELA, 57	SAÚDE	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000
4	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO	RUA ANDRÉ PINTO, 29	RAMOS	RIO DE JANEIRO	2	-	2.000
5	CENTRO DE PRIMATOLOGIA	ESTRADA DO PARAÍSO, S/N	-	GUAPIMIRIM	6	-	5.500
6	GERÊNCIA DE ANÁLISES LABORATORIAS	AVENIDA SALVADOR ALLENDE, 5.500	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	1	1	45.000
7	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MÉDIO PARAÍBA DO SUL (SUPMEP)	RUA CINCINATO BRAGA, 221	ATERRADO	VOLTA REDONDA	3	-	3.000
8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DA ILHA GRANDE (SUPBIG)	ESTRADA DO MARINAS, 111	MARINAS	ANGRA DOS REIS	1	1	7.000
9	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DE GUANABARA (SUPBG)	AV. FELICIANO SODRÉ, 08	CENTRO	NITERÓI	2	-	4.000

10	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LAGOS SÃO JOÃO (SUPLAJ)	RUA DOUTOR BERNARDO DE VASCONCELOS, 154	CENTRO	ARARUAMA	4	-	4.000
11	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LAGOS SÃO JOÃO (SUPLAJ) - POSTO AVANÇADO	RUA JOSÉ ANTÔNIO SAMPAIO, 06	PARQUE RIVIEIRA	CABO FRIO	2	-	2.000
12	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUAXINDIBA	ESTRADA DA COBIÇA, S/N	-	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2	1	25.000
13	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAIXO PARAÍBA DO SUL (SUPBAP)	AVENIDA JOSÉ ALVES DE AZEVEDO, 483	PARQUE DO ROSÁRIO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	6	1	7.500
14	PARQUE ESTADUAL DA LAGOA DO AÇÚ	AV. OLAVO SALDANHA, 240	FAROL DE SÃO THOMÉ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	6	1	11.500
15	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA CONCÓRDIA (PESC)	AV. BARÃO DE SANTA MÔNICA, 700	BARÃO DE JUPARANÃ	VALENÇA	5	-	40.000
16	HORTO FLORESTAL DE GUARATIBA	ESTRADA DA MATRIZ, 4.408	GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	4	1	31.500
17	RESERVA BIOLÓGICA DE ARARAS	ESTRADA BERNARDO COUTINHO, 10.351	ARARAS	PETRÓPOLIS	3	-	2.000
18	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MACAÉ E DAS OSTRAS (SUPMA)	RUA PUNTA DEL LESTE, 187	CAVALEIROS	MACAÉ	4	1	3.500
19	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RIO DOIS RIOS (SUPRID)	AV. CONSELHEIRO JULIUS ARP, 85	CENTRO	NOVA FRIBURGO	2	-	2.000
20	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHA (SUPPIB)	RUA BUENOS AIRES, 204	CENTRO	PETRÓPOLIS	2	-	5.500
21	PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA - SEDE	ESTRADA PAU DA FOME, 4.003	TAQUARA	RIO DE JANEIRO	6	1	5.500
22	PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA - PIRAQUARA	RUA DO GOVERNO, S/N	REALENGO	RIO DE JANEIRO	5	1	8.000
23	PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA - CAMORIM	ESTRADA DO CAMORIM, 2.118	CAMORIM	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000
24	SEAN - SERVIÇO DE APOIO AO NOROESTE	RUA NILO PEÇANHA, 82	CHÁCARA	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	3	-	2.500
25	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA - SEDE	RUA ENGENHEIRO DOMINGOS BARBOSA, 04	RECANTO DE ITAPUAÇU	MARICÁ	1	1	13.000
26	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA - SUB SEDE	RUA DAS ROSAS, 24	ITACOATIARA	NITERÓI	2	-	1.500
27	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA - VERDEJANTE	ESTRADA DA BARRINHA, 04	SÃO BENTO DA LAGOA	MARICÁ	3	-	3.500
28	DEPÓSITO/GALPÃO - INEA*	RUA PIRANGI, 119	OLARIA	RIO DE JANEIRO	2	-	2.000

29	DEPÓSITO ELOI DE ANDRADE*	RUA BITTENCOURT SAMPAIO, S/N	RAMOS	RIO DE JANEIRO	1	-	500
30	PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (PECS)*	RUA DA RESTINGA, 375	CABO FRIO	RIO DE JANEIRO	2	1	20.000
31	DEPÓSITO/GARAGEM (SICCA)	ANTIGA ESTRADA RIO SÃO PAULO, 1456	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000
32	RESERVA BIOLÓGICA DE GUARATIBA*	ESTRADA DA MATRIZ, 4485	GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	2	-	2.000
33	POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE VARGEM GRANDE (QUILOMBOLA)*	RUA CLEODON FURTADO	VARGEM GRANDE	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

5.1.1 Orienta-se que a licitação seja realizada por item, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE nº 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por item permite um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala.

5.1.2 Adicionalmente, destaca-se que ao realizar a adjudicação por item é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens aqui dispostos, em razão de suas particularidades.

5.2 Dos Prazos e Locais de Serviço

5.2.1 O serviço deverá ser feito logo após a assinatura do Contrato e emissão da Nota de Empenho.

5.2.2 O serviço deverá ser realizado conforme edital e de acordo com as demandas solicitadas pelo setor de Serviço de Controle Predial - SERVCOP, localizado no Instituto Estadual do Ambiente - INEA situado na Avenida Venezuela, nº110 - Saúde/RJ- CEP:20081-312, sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.

5.2.3 O dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados por intermédio de correio eletrônico: secop.inea@gmail.com, bem como por telefone celular (21) 99474-9531 com o servidor Gabriel, entre o horário de 09h às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

5.3 Pagamento

5.3.1 Os pagamentos serão feitos de forma **MENSAL**. A Nota Fiscal emitida será de serviço, contemplando o valor de mão de obra para execução da limpeza preventiva/corretiva.

5.3.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

6 – VIGENCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

6.2 O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e após sua publicação em Diário Oficial, podendo este prazo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante Termos Aditivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, após a verificação de sua real necessidade e com vantagens para o INEA na sua continuidade.

7 - DA GARANTIA CONTRATUAL DO SERVIÇO

7.1 A garantia para os serviços prestados deverá ser de, no mínimo, 06 (seis) meses.

7.2 A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

7.3 A CONTRATADA arcará com todos os custos relacionados aos serviços realizados pela garantia.

8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 14.133/2021.

8.2 Possibilidade de participação de consórcio

8.2.1 A participação, ou vedação, de empresas constituídas em regime de consórcio tem sua previsão instituída na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, e é disciplinada conforme Resolução PGE nº 4.345/19 por meio da Nota Explicativa X.

Fazendo remissão ao Parecer nº 98/2018-FAG, temos que “no processo administrativo a participação ou vedação de consórcio deve obrigatoriamente ser objeto de motivação específica pelo gestor, justificando a decisão à luz do objeto e das características daquele mercado”.

Resta, então, entendido que a participação, ou vedação, de empresas em regime de consórcio no procedimento licitatório está no âmbito discricionário do Administrador, conforme se depreende do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a quem cabe avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame.

No entendimento da Egrégia Corte de Contas da União:

“Acórdão 1711/2017-Plenário: A decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade”.

Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado ou a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação – o que não é o caso concreto.

Sem querer ser prolixo, temos que, conforme linhas anteriores, o presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto.

Vide, ainda, que a possibilidade de aglutinação de empresas em regime de consórcio acarretaria no efeito de que a competitividade, neste caso, viria a diminuir e, ato contínuo, impossibilitaria a Administração a auferir condições mais vantajosas para a pretensa contratação.

Na razoável reflexão do Professor Marçal Justen Filho:

“É usual que a administração pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre particulares”.

A ausência de participação de empresas em regime de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Endossando o parágrafo anterior, esse é o entendimento do TCU:

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC 029.420/2015-6

REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. COMPROVAÇÃO FÁTICA DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E DE VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio (Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e 2.813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara). Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, **veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio**.

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

8.2.2 Possibilidade de participação de cooperativa

8.2.2.1 Em regra, a participação de cooperativas é permitida conforme art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021, contudo deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que diz:

“é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”

Desta forma, fica **vedada a participação de empresas constituídas em cooperativa**.

8.2.3 Possibilidade de Subcontratação

8.3.3.1 Os serviços constantes neste termo de referência com as devidas especificações **não poderão ser subcontratados**, devendo ser executados por pessoal próprio da CONTRATADA, que deverá ser a única responsável por sua boa execução, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

8.2.4 Qualificação econômico-financeira

Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos: Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

- Índice de Liquidez Geral;
- Índice de Liquidez Corrente;
- Índice de Endividamento.

9 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Prazo de Validade, condições da proposta

9.1.1. A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

9.1.2. O modo de disputa deverá ser aberta onde o licitante deverá dar seus lances públicos, conforme art 56, inciso I, alínea a, pois o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2 Estimativa de Valor

9.2.1 A estimativa de valor será calculada na etapa de pesquisa de mercado, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, seguindo orientações do Art. 18 da Lei 14.133/2021 e a outras legislações aplicáveis.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além da disponibilização de mão-de-obra, dos materiais, dos insumos, do ferramental, dos equipamentos e dos utensílios em quantidades e qualidade necessários à boa, plena, perfeita e completa execução dos serviços de operação, manutenção e assistência técnica e demais atividades correlatas, distribuídos regularmente, obriga-se as seguintes responsabilidades genéricas:

10.1. A CONTRATADA, além da disponibilização de mão-de-obra, dos materiais em quantidades e qualidade necessários à plena e completa execução dos serviços, obriga-se as seguintes responsabilidades:

10.1.1. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

10.1.2. Tomar todas as providências para o cumprimento das Leis, Regulamentos, Normas Técnicas, bem como das Normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho, relativas à execução do objeto do Contrato;

10.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental;

10.1.4. Consultar o fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos, submetendo, em tempo hábil, quaisquer problemas que possam implicar alterações quanto à execução do trabalho;

10.1.5. Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços ou início da vigência contratual, preposto(s) para representar administrativamente, sempre que for necessário, e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre os serviços executados, com indicação de nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone. O preposto deverá responder aos questionamentos encaminhados pelo Inea por meio de correspondências eletrônicas (e-mail), no prazo de 2 (dois) dias úteis ressaltando que os referidos e-mails serão inseridos no processo eletrônico de fiscalização.

10.1.6. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, otimizando a gestão de seus recursos – quer humano, quer material – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação do Inea, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, utilizando sinalização quando cabível.

10.1.7. Acatar as exigências da Fiscalização quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados;

10.1.8. Apresentar e manter os empregados adequadamente uniformizados num só padrão e identificados de forma condizente com o serviço a executar;

10.1.9. Zelar para que sejam cumpridas as normas internas do Inea relativas à segurança e a prevenção de acidentes e outras normas afetas diretamente à execução dos serviços;

10.1.10. Corrigir todos os erros e falhas verificados nos serviços executados, nos prazos estabelecidos pelo Termo de Referência e pelo Fiscal do Contrato, sem ônus para o Inea e sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.1.11. Responsabilizar-se pelo transporte, por meios próprios, dos prestadores de serviços até as dependências do Inea, e vice-versa, em casos de paralisação dos transportes coletivos;

10.1.12. Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Inea e manter a disciplina nos locais de serviço;

10.1.13. Orientar os empregados que é vedado trabalhar sem os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's obrigatórios; nas instalações do Inea;

10.1.14. Comunicar, por meio de exposição escrita ou eletrônica, imediatamente, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio do Inea, pela execução dos seus serviços;

10.1.15. Apresentar justificativas e/ou adotar as providências por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio do Inea, ou de terceiros, ainda que decorrente omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas.

10.1.16. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência do Inea;s;

10.1.17. Garantir que o profissional responsável técnico indicado realize a supervisão dos serviços objeto deste Termo de Referência, nos termos do §3º, do art. 13, da Lei nº. 8.666/93;

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato;

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93;

11.3. Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços, com local para guarda dos materiais, ferramental, insumos e equipamentos;

11.4. Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;

11.5. Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;

11.6. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as tarefas;

11.7. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais e demais documentos, requisitando as comprovações pertinentes;

11.8. Não permitir que pessoas estranhas à Contratada examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto;

11.9. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;

11.10. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados em Contrato.

12 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN) subordinado à Diretoria Executiva e de Planejamento (DIREX).

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A CONTRATADA deverá ser especializada no ramo de limpeza e higienização de reservatórios de água com pessoal treinado para atuar em ambiente confinado, ou oficial e legalmente estabelecida, em conformidade com a legislação em vigor.

13.1 O licitante, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

13.2 O(s) atestado(s) deverão possuir, em sua totalidade, um quantitativo mínimo de fornecimento de 20% (vinte por cento) do quantitativo de cada item descrito no termo de referência. Para comprovação desse quantitativo, poderão ser apresentados tantos atestados quanto necessários para comprovar que todo o quantitativo já tenha sido fornecido pela licitante.

13.3 Os atestados deverão conter:

13.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

13.3.2. Local e data de emissão.

13.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

13.3.4. Período de fornecimento.

13.4. Cumpre informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

13.5. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

13.6. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para a habilitação técnica:

13.6.1 Deverá apresentar cópia do Alvará de Funcionamento Municipal.

13.6.2 Atestado de capacidade técnica operacional, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência comprovando, ao menos, que a empresa tenha prestado serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços que são objeto deste Termo de Referência e os executados.

13.6.3 Atestado de visita técnica, emitido pelo INEA, comprovando que a proponente se inteirou de todas as condições locais, físicas e ambientais e que os serviços serão realizados; ou declaração expressa da mesma proponente de que tem pleno conhecimento das características dos reservatórios nas unidades em que os serviços serão realizados.

14. A CONTRATADA deverá ser especializada no ramo de limpeza e higienização de reservatórios de água com pessoal treinado para atuar em ambiente confinado, ou oficial e legalmente estabelecida, em conformidade com a legislação em vigor.

15. Deverá comprovar regularidade cadastral junto à autoridade sanitária e/ou ambiental competente e possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços objeto deste Termo de Referência.

16. Deverá apresentar cópia do Alvará de Funcionamento Municipal.

17. Deverá apresentar o Certificado Ambiental (CTA) do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

14 - NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÕES

14.1 O serviço deverá ser executado seguindo-se todas as recomendações das Normas Técnicas e da legislação vigente.

14.2 Durante a elaboração dos serviços, a CONTRATADA deverá:

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato e;

b) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o encerramento definitivo dos serviços.

15 - VISTORIA TÉCNICA

15.1 A LICITANTE poderá visitar os locais onde se encontram os reservatórios para o perfeito conhecimento, avaliação e dimensionamento das condições existentes, obtendo na ocasião a DECLARAÇÃO DE VISTORIA fornecida e assinada pelo respectivo representante do INEA.

15.2 A visita deverá ser feita em até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista da licitação, com o objetivo de conhecer o local e as condições para a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

15.3 A LICITANTE ao apresentar a proposta, considerar-se-á como tendo vistoriado todas as instalações assinaladas. Entende-se com vistoria a constatação de fatos nos imóveis, mediante exame circunstanciado dos elementos que o constituem, objetivando uma avaliação precisa dos serviços e materiais necessários.

15.4 A vistoria constitui direito da LICITANTE, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, não podendo alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

15.5 O agendamento para a realização da vistoria deverá ser feito com o Serviço de Controle Predial do INEA, por meio do telefone (21) 2334-9466 e/ou (21) 96502-4994, no horário de 10h às 12h e 14h às 16h.

16 – DAS PENALIDADES:

16.1 A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e especificamente à:

16.1.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

16.3 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar se há o direito ao contraditório e à ampla defesa;

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa

constante do Estudo Técnico Preliminar.

17.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

18 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

18.1. A contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual do INEA.

Atestamos que este Termo de Referência possui todos os elementos e parâmetros indicados no artigo 17 do Decreto estadual nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira
Chefe de Serviço de Controle Predial
SERVCOP
5127637-2
Resp. pela demanda

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 06/11/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Talitha de Araújo Soares, Adjunto**, em 06/11/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **86991469** e o código CRC **D868F79E**.

Referência: Processo nº SEI-070002/015239/2024

SEI nº 86991469

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: